ANDBANK Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e aos Administradores da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2019	2018	Passivo	Nota Explicativa	2019	2018
Ativo circulante	-	403	683	Passivo circulante	_	16	182
Disponibilidades	4	336	362	Outras obrigações	_	16	182
Outros créditos	5	67	313	Fiscais e previdenciárias	7.a	1	159
Rendas a receber		16	276	Diversos	7.b	15	23
Diversos		51	37				
				Patrimônio líquido	_	594	716
Outros valores e bens	_	-	9	Capital social	10	1.095	940
Despesas antecipadas		-	9	Prejuízos acumulados		(501)	(224)
Ativo realizável a longo prazo	-	155	138				
Outros créditos	5	155	138				
Diversos	_	155	138				
Permanente	-	52	77				
Imobilizado de uso		13	23				
Imobilizações de uso	_	432	432				
(-) Depreciação acumulada		(419)	(409)				
Intangível		39	54				
Ativos intangíveis	-	143	143				
(-) Amortização acumulada		(104)	(89)				
Total do ativo	=	610	898	Total do passivo	=	610	898

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2° Semestre 2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	Explicativa			453
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	-	453
Resultado bruto da intermediação financeira				453
Outras receitas (despesas) operacionais		(17)	(277)	321
Receitas de prestação de serviços Despesas de pessoal Despesas administrativas Despesas tributárias Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais	11 12 13	98 (3) (68) (48) 5 (1)	186 (4) (173) (91) 9 (204)	1.496 (408) (531) (247) 11
Resultado operacional		(17)	(277)	774
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(17)	(277)	774
Imposto de renda Contribuição social	9 9	- -	- -	(122) (117)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre / exercício		(17)	(277)	535
Lucro (prejuízo) líquido por quota - R\$		(0,0002)	(0,0025)	0,0057

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º janeiro de 2018		940	(759)	181
Lucro líquido do exercício		-	535	535
Saldos em 31 de dezembro de 2018		940	(224)	716
Saldos em 1º de janeiro de 2019 Aumento de capital social (aprovado pelo		940	(224)	716
Banco Central em 10/05/2019)	10	155	-	155
Prejuízo líquido do exercício		-	(277)	(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.095	(501)	594
Saldos em 01 de julho de 2019		1.095	(484)	611
Prejuízo líquido do semestre		-	(17)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.095	(501)	594

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2019	2019	2018
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre e do exercício		(17)	(277)	534
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre e do exercício				
Depreciações e amortizações		11	24	26
Atualizações monetárias		7	9	2
Despesa de imposto de renda e contribuição social		-	-	239
Lucro / (Prejuízo) líquido ajustado	-	1	(244)	802
Variações de Ativos e Passivos				
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	-	3.593
(Aumento) Redução em outros créditos		(31)	220	266
Redução (Aumento) em outros valores e bens		27	9	(9)
Redução em outras obrigações		(32)	(167)	(4.580)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	-	(34)	(181)	72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	155	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financeiamento	-		155	
(Redução) Aumento de caixas e equivalentes de caixa	=	(34)	(26)	72
No início do semestre/exercício	4	370	362	290
No fim do semestre/exercício	4	336	336	362
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	:	(34)	(26)	72

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ("Distribuidora"), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 03 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. ("Banco") com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 06 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora).

Face a reorganização societária, em 15 de fevereiro de 2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	_	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)
Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considerou a migração de suas atividades operacionais para o seu atual controlador, o Banco Andbank Brasil S.A. Esse plano de negócio está em vigor desde 2018, com a transferência dos serviços de intermediação e custódia para Banco Andbank Brasil S.A. Pós findada a migração da carteira, a Distribuidora ficará sem atividades até nova definicão da administração.

Nesse contexto e, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio aprovado e, em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes para análise de continuidade da Distribuidora.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo CMN - Conselho Monetário Nacional e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 25 de março de 2020 o Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiros da Distribuidora referente ao semestre e exercício findos em 31.12.2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (i) **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do execício;
- (ii) Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento**: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

e. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data base das demonstrações financeiras.

f. Imobilizado e intangível

O imobilizado está contabilizado ao custo da aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, sendo 20% ao ano para Sistema de Processamento de Dados e 10% ao ano para as demais contas.

O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

g. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei n° 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais.

h. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve

estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por *impairment* para os ativos não financeiros.

j. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- (iv) Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (v) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (vi) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

k. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

l. Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** Pronunciamento contábil básico (R1) homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** Redução ao valor recuperável de ativos homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) Demonstrações do fluxo de caixa homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) Ativo Intangível homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) Divulgação de partes relacionadas homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 Beneficios pago a empregados homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	336	362
Total	336	362

5. Outros créditos

	2019	2018
Comissões e Corretagens a Receber	16	276
Impostos e contribuições a compensar	155	138
Valores a receber - partes relacionadas (Nota 7)	51	33
Diversos	-	4
Total	222	450
Ativo circulante	67	313
Ativo realizável a longo prazo	155	138

6. Partes relacionadas

A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 essa remuneração foi de R\$ 1.419 (R\$ 880 em 2018).

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sociedades ligadas

9	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa) (i)	Ativo (passivo)	Receita (despesa) (i)
ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	3	32	3	43
Valores a pagar	-	-	-	(3)
ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	28	140	4	224
Valores a pagar	-	(2)	(2)	(30)
Banco Andbank Brasil S.A				
Valores a receber	20	213	27	411
Valores a pagar	-	(16)	(22)	(533)
Total a receber - Outros créditos - Diversos	51	385	33	678
Total a pagar - Outras obrigações — Diversas	-	(18)	(24)	(566)

⁽i) As receitas e despesas com partes relacionadas estão apresentadas líquidas na rubrica Despesas Administrativas e representam o rateio dos custos administrativos do Grupo Andbank.

7. Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre serviço	1	157
COFINS a pagar	-	1
ISS a pagar	-	1
Total	1	159

b. Diversos

	2019	2018
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7)	-	22
Fornecedores	15	1
Total	15	23

8. Contingências passivas

A administração não tem conhecimento de nenhuma contingência passiva classificada como perda provável. Desta forma não há provisão constituída para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

9. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de 1	Imposto de renda		social
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes da tributação	(277)	774	(277)	774
Efeitos das adições/exclusões	236	60	236	60
Adições permanentes	236	60	236	60
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(41)	834	(41)	834
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	250	-	250
Base de cálculo	(41)	583	(41)	583
Conforme alíquotas efetivas (a):				
Imposto de renda corrente	-	122	-	-
Contribuição social corrente	-	-	-	117
Resultado do imposto de renda e contribuição social	-	122	_	117

(a) Vide nota explicativa 3 "g".

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 467 (R\$ 422 em dezembro de 2018), em razão da incerteza quanto a sua realização. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do Banco Central.

10. Patrimônio líquido

O Capital Social está representado por 109.493.002 (cento e nove milhões, quatrocentos e noventa e três mil e duas) quotas de R\$ 0,01 cada uma (94.034.661 em 2018), totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricola Reig S.A.

Em 15 de fevereiro de 2019, a Administração da Andbank DTVM aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. Em decorrência da incorporação, o capital social foi aumentado em R\$ 155 passando o capital social dos atuais R\$ 940 para R\$ 1.095, mediante a criação de 20.309.013 (vinte milhões, trezentos e nove mil e treze) novas quotas idênticas as atuais de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma. O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central em 10 de maio de 2019.

11. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2019	2019	2018
Rendas de Comissões e Colocações de Títulos	94	174	1.103
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsa	4	12	193
Rendas de Serviços de Custodia	-	-	177
Rendas de Outros Serviços	-	-	23
Total	98	186	1.496

12. Despesas de pessoal

	2° Semestre 2019	2019	2018
Despesas de proventos	-	-	(235)
Despesas de encargos sociais	-	-	(85)
Despesas com benefícios	(3)	(4)	(73)
Despesas de treinamento	-	-	(1)
Despesas de remuneração de estagiários	-	-	(14)
Total	(3)	(4)	(408)

13. Despesas administrativas

	2º Semestre 2019	2019	2018
Despesas de serviços do sistema financeiro (a)	(38)	(85)	(192)
Despesas de processamento de dados	(8)	(12)	(117)
Despesas de serviços técnicos especializados	-	-	(3)
Despesas de depreciação e amortização	(11)	(24)	(26)
Despesas de aluguéis/ água e energia	(2)	(4)	(32)
Despesas de comunicações	(1)	(2)	(56)
Despesas de serviços de terceiros	(5)	(7)	(33)
Despesas de publicações	(3)	(29)	(5)
Outras	-	(10)	(68)
Total	(68)	(173)	(531)

⁽a) Composto substancialmente por despesas relacionados a gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

14. Limites operacionais

Em Janeiro de 2015 a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. é o líder e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições

consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basiléia do conglomerado é de 36,70% (80,80% em dezembro de 2018).

	2019	2018
Capital Social e Reservas	224.669	222.317
(-) Deduções do Capital Social incluindo ajustes prudenciais	135.925	69.669
Patrimônio de Referência (PR)	88.744	152.648
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	69.410	136.354
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	19.334	16.294

15. Gestão de riscos

A Distribuidora considera o gerenciamento de risco um instrumento importante de controle das atividades, prevenção e mitigação de riscos além de auxiliar a tomada de decisões por parte da direção da Distribuidora.

A estrutura de gerenciamento de risco é composta por todas as áreas da empresa, e daí a importância da cultura organizacional, da área de controle de risco, do Comitê de Risco e Controles Internos, da Diretoria da Distribuidora e da auditoria interna.

A Auditoria Interna é responsável por conferir se os processos referentes ao risco de mercado, operacional, crédito e liquidez estão aderentes às normas e políticas internas e à legislação brasileira.

a. Risco de mercado

A área administrativa financeira segue uma política de investimentos dos recursos proprietários na execução dos investimentos dos recursos da Distribuidora, investimentos estes que são monitorados pela área de controle de risco, em base diária, realizando análises de risco tais como *value at risk* (VAR) e cenários de stress além da aderência às políticas já mencionadas.

Tais análises são reportadas ao Comitê de Risco e Controles Internos, o qual pode determinar alguma ação imediata em função dos resultados apurados, inclusive com a possibilidade de alteração da política de investimentos proprietários.

A área de controle de risco é responsável pela realização de testes de avaliação com periodicidade no mínimo anual.

b. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é executado, em primeiro nível, por cada funcionário ou colaborador da instituição sendo que a responsabilidade primária é do gestor de cada área.

Em segundo plano, realizando outros controles e mapeando os riscos das atividades executadas na Distribuidora, está a área de controle de risco que tem por obrigação além de mapear os riscos, redesenhar processos, criar controles e, através do monitoramento constante, reportar ao Comitê de Risco e Controles Internos e à direção da Distribuidora.

Por fim, o Comitê de Risco e Controles Internos, devidamente autorizado pela diretoria da Distribuidora, cria e aprova políticas internas relacionadas ao gerenciamento de risco operacional.

c. Risco de crédito

A área administrativa financeira segue uma política de investimentos dos recursos proprietários e só realiza operações com contrapartes devidamente autorizadas pelos Comitês ou ainda a Diretoria da Distribuidora.

Os investimentos e operações são monitorados pela área de controle de risco, em base diária, realizando análises de risco e aderência às políticas e diretrizes mencionadas anteriormente.

Tais análises são reportadas ao Comitê de Risco e Controles Internos, o qual pode determinar alguma ação imediata em função dos resultados apurados, inclusive com a possibilidade de alteração de políticas e diretrizes da Distribuidora.

d. Risco de liquidez

A área administrativa financeira segue uma política de investimentos dos recursos proprietários que restringe o prazo de seus investimentos e operações que são monitoradas pela área de controle de risco, em base diária, realizando análises de risco e aderência às políticas e diretrizes mencionadas anteriormente.

Tais análises são reportadas ao Comitê de Risco e Controles Internos, o qual pode determinar alguma ação imediata em função dos resultados apurados, inclusive com a possibilidade de alteração de políticas e diretrizes da Distribuidora.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede da empresa e estão divulgadas no sitio eletrônico da instituição (https://www.andbank.com/brasil/governanca/).

16. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

17. Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

18. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os impactos ocasionados referente aos acontecimentos recentes do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que as nossas projeções para entidade não serão afetadadas, face principalmente ao estágio atual da Distribuidora.

* * *